



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE ALAGOAS
COLÉGIO DE PROCURADORES DE JUSTIÇA

**ATA DA 11ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO COLÉGIO DE
PROCURADORES DE JUSTIÇA DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO
ESTADO DE ALAGOAS**

Aos quatorze dias do mês de maio do ano de dois mil e vinte e seis (14/05/2026), às onze horas, realizou-se a 11ª Reunião Ordinária do Colégio de Procuradores de Justiça do Ministério Público do Estado de Alagoas, em formato híbrido, presencialmente na sala Joubert Câmara Scala, localizada no 4º andar do edifício-sede, e virtualmente por meio de sistema eletrônico de videoconferência. Compareceram presencialmente e/ou virtualmente o Excelentíssimo Procurador-Geral de Justiça Lean Antônio Ferreira de Araújo e os Excelentíssimos Procuradores de Justiça Eduardo Tavares Mendes, Denise Guimarães de Oliveira, Maurício André Barros Pitta, Isaac Sandes Dias, Sérgio Amaral Scala, Helder de Arthur Jucá Filho, Silvana de Almeida Abreu, Luiz José Gomes Vasconcelos, Sandra Malta Prata Lima, Maria de Fátima de C. Albuquerque Vilela, Humberto Pimentel Costa, Péricles Gama de Lima Filho e Luciano Romero da Matta Monteiro. Inicialmente, o Presidente agradeceu a presença de todos e, confirmado o quórum necessário, declarou aberta a sessão. Em seguida, fez-se a leitura da ordem do dia, a saber: 1. Ata da 10ª Reunião Ordinária do CPJ em 2026. 2. Proc. SAJ/MP 02.2026.00003687-5 (para homologação), Interessado: Dr. Paulo Henrique Carvalho Prado, Promotor de Justiça, Assunto: Encaminhamento do plano de atuação 2026/2027 do Núcleo de Urbanismo. 3. Expediente GED n. 20.08.1365.0007785/2025-68, Interessado: Dr. Maurício Mannarino Teixeira Lopes e Dr. Leonardo Novaes Bastos, Promotores de Justiça, Assunto: Requerimento de gratificação pela atuação em Coordenação. **Quanto ao item 1**, posta em votação, a Ata da 10ª Reunião Ordinária de 2026 do Colégio de Procuradores de Justiça foi conhecida e aprovada por unanimidade pelo Colegiado. **Quanto ao item 2**, o Presidente informou que o conteúdo foi distribuído previamente por via eletrônica e, após indagar se haveria alguma discussão e não encontrando manifestações no plenário, declarou o plano aprovado por unanimidade pelo colegiado. **Quanto ao item 3**, o Presidente relatou que o tema trata de gratificação para



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE ALAGOAS
COLÉGIO DE PROCURADORES DE JUSTIÇA

35 atuação e coordenação e que a Comissão Permanente de Assuntos
36 Institucionais e Administrativos manifestou-se pela ausência de interesse
37 processual superveniente face às novas regras estabelecidas pelas decisões
38 recentes do Supremo Tribunal Federal, em estrita obediência ao parágrafo
39 terceiro do artigo 9º combinado com o artigo primeiro, alíneas "a" e "b", da
40 Resolução Conjunta CNMP/CNJ nº 14; posto em votação, o entendimento
41 foi ratificado e deliberado por unanimidade pelo colegiado pelo
42 arquivamento por ausência de interesse processual. Em seguida, o Presidente
43 passou a palavra ao Corregedor-Geral, Eduardo Tavares Mendes, para uma
44 comunicação a respeito da representação institucional exercida na
45 solenidade realizada em Portugal, ocasião em que o Corregedor relatou a
46 participação na 151ª Reunião do Conselho Nacional de Corregedores-Gerais
47 dos Estados e da União em São Paulo e, na sequência, informou sobre sua
48 ida ao município de Porto Calvo, representando a Chefia do Ministério
49 Público no evento "Arraial da Justiça e da Cidadania", idealizado pelo
50 Ministro do STJ Carlos Pires Brandão, que reuniu o Tribunal de Justiça, o
51 Ministério Público Federal, o Tribunal Regional do Trabalho, a Defensoria
52 Pública, o Exército e outras forças policiais com foco em justiça restaurativa
53 e atendimento comunitário, ressaltando que a Menção de Louvor conferida
54 pelo Colégio ao Ministro seria entregue formalmente pelo Promotor de
55 Justiça Paulo Barbosa no encerramento das atividades. Em seguida, a
56 pedido, o Presidente facultou a palavra ao Procurador de Justiça Humberto
57 Pimentel Costa, que comunicou que a comissão do concurso público para
58 servidores do Ministério Público, integrada também pela Procuradora
59 Sandra Malta Prata Lima e pelo Secretário e Promotor de Justiça Ivaldo da
60 Silva, adotou providências preventivas antifraude para a aplicação das
61 provas no domingo subsequente, dia 17, acionando o Núcleo de Gestão de
62 Inteligência (NGI) e o Centro Integrado de Inteligência de Segurança
63 Pública do Nordeste, além de agendar fiscalização presencial junto à
64 coordenação da Fundação Carlos Chagas. Em continuidade, o Procurador
65 Luiz José Gomes Vasconcelos interveio para ponderar que se deve estruturar
66 e valorizar o Gabinete de Segurança Institucional como órgão centralizador
67 dos fluxos de inteligência e futuras investigações sociais de candidatos,

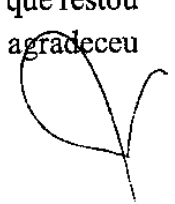
4.



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE ALAGOAS
COLÉGIO DE PROCURADORES DE JUSTIÇA

68 obtendo a concordância do Presidente, que justificou o acionamento direto
69 do NGI neste caso específico por se tratar de uma articulação e integração
70 macro de segurança no cenário do Nordeste para a realização do certame.
71 Em seguida, o Presidente propôs ao plenário a formalização de um ato de
72 reconhecimento e emissão de Nota de Elogio em favor dos integrantes da
73 comissão do concurso e da Fundação Carlos Chagas pela transparência,
74 seriedade e êxito na gestão do certame, que registrou 19.700 inscritos e
75 apenas uma única discussão jurídica sobre isenção de taxa, detalhando que
76 as nomeações ocorrerão de modo escalonado e proporcional-à realidade
77 orçamentária anual do MP, iniciando com o provimento de 14 cargos para
78 reposição, proposta esta que foi aprovada por unanimidade. Em seguida, o
79 Presidente passou a palavra à Procuradora de Justiça Silvana de Almeida
80 Abreu, que comunicou que a Comissão, composta em conjunto com o
81 Procurador de Justiça Walber José Valente de Lima, realizará no dia 27 de
82 maio a ação "Café com Escuta" nas Promotorias de Justiça do município de
83 Penedo, contando com o suporte da psicóloga e da assistente social do órgão,
84 além da participação do coral "Cantus Legis". Não havendo novos
85 requerimentos ou novas inserções em pauta, adentrando à fase de
86 comunicações, o Presidente formalizou para fins de registro em ata o seu
87 afastamento temporário da chefia institucional do Ministério Público do
88 Estado de Alagoas no período compreendido entre os dias 17 e 30 de maio,
89 totalizando 13 dias corridos e 10 dias úteis, comunicando que o Ministério
90 Público ficará sob o comando interino do Excelentíssimo Procurador de
91 Justiça Walber José Valente de Lima. Informou também que o
92 Subprocurador-geral judicial retornará de suas férias regulamentares no dia
93 6 de junho e que, diante da alta demanda recursal e complexidade das
94 matérias perante o Tribunal Pleno, o expediente contará com o apoio dos
95 Procuradores Silvana de Almeida Abreu e Luciano Romero da Motta
96 Monteiro, registrando ainda seu agradecimento ao Procurador de Justiça
97 Maurício André Barros Pitta, que se voluntariou para representar a
98 instituição em audiência de conciliação específica de ação originária em
99 curso no Tribunal de Justiça durante o período de licença, medida que restou
100 inteiramente convalidada pelo colegiado. Por fim, o Presidente agradeceu

A





MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE ALAGOAS
COLÉGIO DE PROCURADORES DE JUSTIÇA

101 mais uma vez a presença de todos e declarou encerrada a reunião,
 102 determinando a lavratura da presente Ata que fiz e rubriquei como Secretário
 103 do Colégio de Procuradores de Justiça, Ivaldo da Silva, Promotor de Justiça,
 104 [assinatura] sob a conferência e assinatura do Excelentíssimo Senhor
 105 Presidente da Sessão.

[assinatura]
Lean Antônio Ferreira de Araújo
 Procurador-Geral de Justiça
 Presidente da Sessão